

GOVERNO DA LÍNGUA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-DISCURSIVA DAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

LANGUAGE GOVERNMENT AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN TIMOR-LESTE: A HISTORICAL-DISCURSIVE PERSPECTIVE OF LINGUISTIC POLITICS

Luís de Jesus¹
Flávia Marinho Lisboa²

Resumo: Este estudo reflete sobre as influências coloniais no ensino de língua em Timor Leste no que tange às escolhas que desenham o “governo da língua” após sua independência em 2002 expressando relações discursivas de apagamento da diversidade linguística constitutiva do país, mesmo depois da colonização por Portugal (a partir do século XVI) e da ocupação Indonésia, o que não desconsidera o impacto significativo no uso e na relevância do português na atualidade. Hoje, como um país democrático situado no sudeste asiático, Timor tem o português como língua oficial, juntamente com a língua tétum. A partir das noções de “dispositivo colonial” e “governo da língua”, o presente trabalho tem o objetivo geral de analisar esse contexto linguístico em uma perspectiva discursiva, de forma a apontar o ensino da língua portuguesa, na contemporaneidade, como reflexo das relações de poder que tecem as estruturas de hierarquização entre as diversas línguas usadas em Timor-Leste. Para isso, destacamos materialidades do livro didático usado nas escolas, bem como práticas educacionais relacionadas ao ensino e aprendizado da língua portuguesa, ratificadas pelas vivências de um dos autores enquanto professor de língua no país.

Palavras-chave: Timor-Leste; língua portuguesa; colonialidade; políticas linguísticas.

Abstract: This study reflects on the colonial influences on language teaching in East-Timor with regard to the choices that design the "government of the language" after independence in 2002, expressing discursive relations of erasure of linguistic diversity that constitutes the country unfeasible, even after colonization by Portugal (from the sixteenth century) and the Indonesian occupation, which does not disregard the significant impact on the use and relevance of Portuguese today. Today, as a democratic country situated in Southeast Asia, Timor has Portuguese as its official language, along with the Tetum language. From the notions of “colonial device” and “government of language”, the present work has the general objective of analyzing this linguistic context from a discursive perspective, in order to point out the teaching of the Portuguese language in contemporary times as a reflection of the power relations that weave the hierarchical structures between the various languages used in East-Timor. For this, we highlight materialities of the textbook used in schools, as well as educational practices related to the teaching and learning of the Portuguese language, ratified by the experiences of one of the authors as a language teacher in the country.

Keywords: East-Timor; portuguese language; coloniality; linguistics policies.

¹ Mestre em Letras/Estudos Linguísticos pela UFPA, Universidade Oriental Timor Lorosae, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1746-6673>.

² Doutora em Letras/Estudos Linguísticos, Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA e Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da Unifesspa, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7262-7716>.

Introdução

A imposição da língua do colonizador às populações colonizadas, na modernidade, foi uma estratégia política de dominação e controle dos povos por meio da assimilação da cultura do colonizador. Isso não apenas é eficaz na consolidação da dominação territorial, mas também estabelece uma nova ordem cosmológica, subordinando as identidades locais aos valores externos do colonizador.

Este estudo pretende, então, examinar o espaço político ocupado pela língua portuguesa em Timor Leste, em relação às outras línguas faladas no país e, especialmente, em relação ao Tétum, falada pela maioria da população. Para tanto, é apresentada uma análise de material didático de língua portuguesa, constatando nele a reprodução de uma discursividade colonial, possibilitando compreender como o “governo da língua”³ (Lisbôa, 2019) atua no ensino do português em relação a outras línguas, como mecanismo que atualiza e perpetua a governamentalidade (Foucault, 2010) colonial que influenciam as identidades e as práticas culturais no país.

Essa análise considera os efeitos da conexão de Timor-Leste com o idioma português ao longo da trajetória histórica, particularmente após a independência colonial, quando a língua portuguesa (depois de ser imposta por séculos) passa a ser incorporada como língua oficial e, conseqüentemente, no sistema de ensino. Apontar as práticas discursivas que se expressam no ensino de língua portuguesa por meio de enunciados que produzem representações no livro didático/manual do aluno e, inclusive, na própria organização do horário escolar, é uma forma profícua de visibilizar as políticas linguísticas⁴ e, estas concatenadas ao contexto histórico mais amplo em uma série de acontecimentos de outros âmbitos (como o geopolítico e econômico), identificar o “governo da língua” em curso diacronicamente.

A visão histórico-discursiva é essencial, pois possibilita a análise dos discursos que perpetuam a colonialidade por meio da política linguística local, expondo a complexidade dos fatores históricos, sociais e ideológicos que permeiam as relações de poder imanentes na adoção do português como língua de prestígio na educação formal e o lugar que ocupam outras línguas nesse mesmo contexto. Assim, à luz de um repertório teórico aliançado aos estudos decoloniais e Análise do Discurso com Foucault (Gregolin, 2023), analisaremos neste trabalho o percurso histórico-discursivo do ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste.

Para adentrar nessa problemática, é preciso considerar os processos sócio-históricos de Timor, como uma ilha que passou por dois processos de colonização: a portuguesa e a indonésia. A colonização portuguesa, ocorrida entre 1596 e 1975, marcou séculos de imposição da língua portuguesa como língua oficial. Em seguida, o país passou por uma segunda colonização pela Indonésia, que impôs a bahasa como língua oficial entre os anos de 1975 e 1999 (Lopes, 2013; Canac-Marquis, 2009).

³ Um “[...] olhar com as lentes do governo da língua as políticas que visam um cenário monolíngue, onde a única língua reconhecida é a do colonizador, exige pensar essa governamentalidade como um projeto político e econômico para a sociedade; ou seja, exige reconhecimentos para além do âmbito linguístico apenas. O olhar histórico e discursivo do governo da língua visualiza as decisões sobre as línguas no cenário nacional como ações para o apagamento (físico e simbólico) dos povos ‘conquistados’, eliminando línguas para fins de ‘embranquecimento’ desses corpos, conseqüentemente, para fins de deslegitimação de direitos sobre os territórios que vivem” (Lisbôa, 2019; 2022).

⁴ “A definição já clássica de política linguística é a de qualquer intervenção explícita do Estado na dinâmica social da língua ou das línguas faladas no território em que esse Estado exerce seu domínio. O estabelecimento de uma língua oficial ou de mais de uma língua oficial, por exemplo, é uma política linguística explícita, assim como proibir o uso de determinada língua também é. Instituir qual será a língua da administração pública, dos meios de comunicação e principalmente do ensino formal também é uma política linguística. Mas nem toda política linguística é explícita. Existem também políticas linguísticas implícitas, quase sempre resultantes de uma ausência de intervenção do Estado na dinâmica social das línguas. Mas a ausência de política linguística também é uma política linguística. Quando o Estado deixa de atuar em determinado campo da vida social, essa ausência é uma política, é uma intervenção ao contrário, um abandono desse campo da vida social”. (BAGNO, 2018)

Após a independência de Timor, a língua portuguesa foi adotada como uma das línguas oficiais, junto com o tétum, originado do tétum-terik⁵. Além disso, uma diversidade de línguas é largamente usada em Timor-Leste, como a própria bahasa (língua indonésia), o inglês e as várias línguas das sociedades locais, como mambae, bunak e fataluku, entre outras línguas maternas dos timorenses, utilizadas em contextos familiares e tradicionais, no cotidiano das comunidades locais, particularmente em regiões rurais (Carioca, 2016).

1 Aspectos teórico-metodológicos: decolonialidade e estudos discursivos

A abordagem teórica e metodológica deste trabalho está assentada na análise discursiva, em uma perspectiva histórica e decolonial, enfocando as políticas linguísticas localizadas no ensino da língua portuguesa por meio de um exame de materiais didáticos, particularmente o *Manual do Aluno - Português - 11º Ano de Escolaridade*. Assim, é possível compreender a governamentalidade presente no cenário educacional de Timor-Leste para perpetuação da colonialidade com a língua portuguesa.

Para isso, os conceitos de “governamentalidade” (Foucault; 2008); “dispositivo colonial” (Lisbôa, 2019; 2022; Lisbôa, Neves, 2019) e “governo da língua” (Lisbôa, 2019; 2022; Neves e Gregolin (2023) são fundamentais para respaldar a abordagem discursiva fundamentada na perspectiva da Análise do Discurso de Foucault, conforme apresenta Gregolin (2007, p. 13):

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história.

A análise do discurso é uma área de pesquisa que analisa a utilização da linguagem em variados contextos sociais, políticos, culturais e históricos, possibilitando refletir sua capacidade de produzir sentidos, refletindo e alimentando relações de poder e construindo imaginários e verdades nas interações sociais. Por sua vez, Foucault (2014, p. 10) nos diz que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Foucault (2008, p. 143) define “governamentalidade” como “[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”. Lisbôa (2019) e Neves e Gregolin (2023) vêm empregando a noção de “governamentalidade” para examinar como as políticas linguísticas se vinculam a redes do poder colonial, propondo o conceito “governo da língua”.

Em Timor-Leste, a colonização portuguesa deixou marcas profundas nas práticas linguísticas e culturais do país, abrangendo as maneiras pelas quais as dinâmicas de dominação persistem na formação da sociedade e nas relações de poder, enquanto, por outro lado, a diversidade de línguas locais não se rendeu ao projeto colonial de dominação física e imaginária, conflito esse que é constitutivo da “diferença colonial”, conforme explica Mignolo:

A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta. Se a cosmologia ocidental é um ponto de referência historicamente inevitável, as múltiplas

⁵ Transformou-se no Tétum-praça que se disseminou pelas regiões do país na costa-sul e por todos os arredores da fronteira terrestre com a Indonésia e a Capital Díli.

confrontações de dois tipos de históricos locais desafiam dicotomias (2003, p. 10).

A presença da língua portuguesa em Timor-Leste, mesmo após a independência, é uma demonstração evidente de como a colonialidade se faz presente, e a imposição da língua não apenas intensificou a dominação cultural e política, mas também criou hierarquias entre os falantes de diferentes línguas. Nesse fluxo teórico é que o “dispositivo colonial” se configura como uma ferramenta essencial para a análise da colonialidade, como “[...] um sistema normativo eurocêntrico que define as estruturas sociais, construída e retroalimentada na aniquilação de todas as demais formas de existência nos territórios colonizados” (Lisbôa, 2019; 2023, p. 102). Ele permite uma compreensão mais profunda das formas de opressão colonial que se perpetuam e se adaptam às novas realidades históricas, atualizando continuamente as estratégias de opressão para manutenção das hierarquias raciais, socioculturais e políticas contemporâneas.

Destacamos ainda que é pertinente tais reflexões também se relacionarem aos construtos da Sociolinguística ou mesmo da Linguística Aplicada, compreendendo que as duas áreas da Linguística atravessam tangencialmente o objeto em debate neste estudo. A compreensão de língua como “fato social” estabelece um elo significativo entre os campos dos estudos linguísticos mobilizados neste tópico, entrelaçamento esse capaz de reconhecer que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de uma língua é a história de seus falantes” (Calvet, 2002, p. 12). Assim, só é possível compreender as relações de (des)prestígios linguísticos no contexto de Timor se considerarmos como os atravessamentos coloniais incidiram nesse processo.

Dessa forma é que, ao tratarmos o objetivo em tela, fazemos uma escolha consciente pela abordagem discursiva para melhor analisar os efeitos de sentido produzidos pelas relações de poder na constituição de subjetividades dos sujeitos, possível de enxergar pelas lentes da governamentalidade, nesse caso, operando sobre as línguas. De todo modo, tal escolha não nega a pertinência tanto da Sociolinguística quanto da Linguística Aplicada (até mesmo de outros campos da área) como profícuas ao debate.

2 Timor-Leste e os processos de colonização

Timor-Leste é o país mais jovem no mundo, posto que sua independência foi restaurada em 2002. A ilha de Timor é formada por dois territórios: Timor a Oeste, colonizado pelos holandeses e agora pertencente à República Indonésia, e Timor-Leste, colonizado por portugueses durante quatro séculos até ser invadido pela Indonésia entre 1975 e 1999.

Figura 1 - Localização geográfica do Timor-Leste



Fonte: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-> (2025)

A invasão japonesa (1942-1945) e a colonização indonésia (1975-1999) reforçaram ainda mais essa sua conexão com as dinâmicas asiáticas. Em todo caso, a instabilidade marcou a história timorense no século XX. As forças multinacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) entraram em ação no país, sendo estabelecida uma administração temporária (United Nations Transitional Administration East Timor [UNTAET]) com o objetivo de garantir uma agenda segura de independência e reconstrução para o país (Aguilar, 2029).

A implementação do cristianismo pelo colonizador português, as modalidades de governança ou a gestão territorial e jurídica (que engloba a divisão territorial) e a definição de leis e regulamentos, além das práticas de justiça, compõem a regulação e a normatização das práticas locais à colonialidade. Ademais, rituais e práticas religiosas locais foram influenciados ou trocados por rituais católicos e europeus, o que teve um impacto significativo na cultura e na espiritualidade dos diferentes territórios em Timor (Fernandes, 2014). Nisso, vemos como o dispositivo colonial operou/opera em Timor-Leste como método de controle e imposição cosmológica. Contudo, os timorenses criaram mecanismos de resistência cultural, mantendo suas práticas e identidades, manifestadas por meio da linguagem, dos hábitos, das tradições orais e da negociação entre as culturas. Para compreender as atuais dinâmicas de poder no Timor-Leste, particularmente no que diz respeito ao ensino do português após a independência, é crucial observar que as heranças desses mecanismos coloniais ainda podem moldar políticas, como as de língua e educação.

3 Colonização e as operações para o “governo da língua”

Ao longo da história, Timor-Leste testemunhou diversas transformações nas políticas linguísticas, especialmente em três fases: i) a dominação portuguesa (até 1975); ii) a ocupação indonésia (1975-1999), e iii) a era pós-independência. Em todas essas ocasiões, a função do português foi modificada, passando de língua imposta pelo império português para uma língua marginal durante a ocupação indonésia e, posteriormente, restaurada como uma das duas línguas oficiais após a independência. Conforme Taylor-Leech (2009), a escolha do português como idioma oficial não representa apenas uma herança colonial, mas também uma decisão política de adequar o país a uma identidade cultural distinta em contraste com o legado da ocupação indonésia que impunha o bahasa indonésio.

De acordo com Almeida (2011), além de motivações econômicas, a Igreja também contribuiu para disseminar o português como língua necessária. Quando os portugueses chegaram a Timor, os colonizadores estabeleceram postos comerciais e missionários na ilha, sendo o português utilizado como língua administrativa, comercial, religiosa e educacional, conforme destaca Freitas (2015, p. 500):

A educação do povo de Timor-Leste, desde os inícios do descobrimento da ilha, foi feita sob os auspícios dos missionários. Pode-se colocar a pergunta que consiste em saber como os régulos de Timor puderam acolher o cristianismo pregado pelos missionários sem conhecer sequer a língua ou o veículo de comunicação e interação? Essa “língua” de comunicação inicial foi principalmente a dos gestos de acolhimento pertencentes ao ambiente cultural-tradicional do povo, que resultou na aceitação da religião católica com bases para a futura missão.

Durante esse tempo, os colonizadores não implementaram um sistema de educação formal que permitisse o acesso de toda a população, limitando, assim, a capacidade das pessoas de intervirem criticamente em decisões, como corrobora Urban (2017, p. 78): “Os baixos índices de alfabetização da população podem ser compreendidos como forma de, estrategicamente, manter um maior controle sob a população timorense”. Segundo Albuquerque (2010), a estratégia linguística da coroa portuguesa em relação à colônia timorense consistia em instruir a língua

portuguesa exclusivamente aos cidadãos nativos que detinham alguma forma de influência perante a população, tais como régulos, chefes, homens nobres, entre outros. Complementarmente, as relações comerciais e a evangelização “[...] foram reforçando os contatos dos portugueses nas muitas linhas daquela região, dando-lhe uma certa regularidade” (Almeida, 2011, p. 23). Silveira *et al.* (2022) também reforçam que a efetiva chegada de missionários com intenção de converter os povos nativos à religião, encarregou-se de instruir a língua portuguesa.

Entre 1975 e 1999, esse cenário é reposicionado com a colonização indonésia, buscando promover uma reconfiguração das identidades culturais antes moldadas pela colonização portuguesa, tendo entre as estratégias a substituição dos valores e as referências do sistema educacional português pelos elementos culturais indonésios, especialmente a imposição da bahasa indonésia como língua oficial de instrução. “Mesmo assim, em 1999, Timor ainda estava muito atrás de outras províncias da Indonésia em termos de nível da matrícula de estudantes e de requisitos nacionais de educação básica obrigatória” (Câncio, 2006, p. 2). Foram enviados professores indonésios para reforçarem os valores culturais e as práticas educacionais.

Essa governamentalidade da língua indonésia foi promovida em favor da subserviência ao regime indonésio, privando os timorenses de suas próprias tradições e línguas, inclusive o português, que vinha tendo inserção até então. Nesse período de ocupação indonésia, a língua portuguesa se incorporou ao repertório de resistência timorenses à Indonésia. Sobre isso, Almeida (2011) destaca que a oficialização da LP para compor a construção nacionalista timorense precisa levar em conta que se trata de uma língua “[...] externa, embora com uma presença histórica, e que está a ser importada com muitas dificuldades, mormente no que se refere à população jovem que já abandonou a escola, ela poderá configurar uma situação discriminatória, atenuada, contudo, pela existência da outra língua oficial — o tétum” (Almeida, 2011, p. 38). Nesse sentido, com a independência de Timor-Leste, em 2002, a língua portuguesa foi instituída como língua oficial junto com o tétum. Muitos estudiosos e pesquisadores consideram que a inclusão da língua portuguesa ao lado do Tétum se justifica por representar a busca por uma identidade nacional em contraste à Indonésia, dada a independência da sua colonização.

Após o fim da segunda colonização, até se tornar um estado independente, o sistema educacional foi totalmente destruído; apenas em 2001 a maioria das escolas começou a operar com a ajuda de professores voluntários, conforme aponta Câncio (2006). As escolas foram destruídas e queimadas pelas forças militares indonésias, levando Timor-Leste a recomeçar a construção do seu sistema educacional enfrentando numerosos desafios, como a falta de professores de língua portuguesa e a ausência de infraestrutura e materiais didáticos.

O estabelecimento do português como uma das línguas oficiais, em um país onde a maioria da população não domina o idioma, suscita debates sobre o sistema educacional, a inclusão social e a própria constituição de identidade nacional timorense, considerando que grande parte da população tem o tétum e outras línguas nativas como primeira língua (L1). Paulino (2012, p. 116) aprofunda o tema:

A oficialização da Língua Portuguesa foi sempre uma decisão política e, deste modo, é considerada uma língua de poder, dado que a sua utilização em Timor-Leste ocupou sempre uma posição dominadora, embora não seja falada pela maioria dos timorenses. Sabemos que ela é uma língua do colonizador, mas depois da Restauração da Independência, em 20 de Maio de 2002, foi escolhida pelos representantes do povo de Timor na Assembleia Constituinte, tendo-lhe atribuído o estatuto de língua oficial.

4 O governo das línguas em Timor-Leste e a política de ensino-aprendizagem de língua portuguesa

A visão histórico-discursiva sobre o governo da língua, em Timor-Leste, possibilita investigar como a língua portuguesa atravessa as (re)formulações de um conjunto de instituições ao longo dos anos até a atualidade. Os meios de comunicação (rádio, televisão etc.), a escola, a igreja e outras instituições têm atuado na perspectiva de que o país possui uma língua colonial que circula hegemonicamente: o português. Por outro lado, isso não corresponde à realidade, pois, embora ainda hoje os principais jornais, os documentos oficiais emitidos e, inclusive, os materiais didáticos da escola sejam em português, a maior parte da população não compreende essa língua, mas sim o tétum e uma diversidade de línguas utilizadas como L1 nos diferentes vilarejos. Esse é o desafio de uma política linguística que ambiciona homogeneizar o uso do português no território nacional diante de uma diversidade linguística, espelhando, na gestão da língua, a gestão de uma sociedade em transformação política e cultural. Tal como em outros territórios colonizados por Portugal, o uso da língua portuguesa em Timor operou como parte da política de assimilação colonial; na atualidade, perpetua a colonialidade nesse território com a promoção da exclusão social, já que os cidadãos que não falam português são preteridos em oportunidades e espaços de prestígio em prol daqueles que falam.

Na escola, o ensino do português também reflete tais relações de prestígio, tornando-se um exercício muito doloroso para professores que nem português falam mas que devem ensinar a língua. A elite timorense produz leis a fim de perpetuar a língua portuguesa, e esse processo ganha cada dia mais terrenos, sendo compreendido por meio da noção de “dispositivo colonial” que, conforme Lisboa (2021, p. 49), “[...] se dá nas engrenagens do funcionamento estrutural da sociedade tais como: leis, instituições estatais e religiosas, políticas públicas, ações governamentais, produções midiáticas etc., toda se retroalimenta com proposições de normalização de um padrão eurocêntrico”.

A imposição das línguas coloniais — português e bahasa indonésia — não apenas marginalizou as línguas nativas, como também serviu para legitimar a dominação cultural e política dos sujeitos, tendo como consequência o impacto profundo nas relações sociais e a consolidação de desigualdades sociais em Timor (Cunha, 2012). Além da imposição em si, essa tática colonial ainda garantiu que a educação não consolidasse o aprendizado do português para todos.

O funcionamento da língua portuguesa, em Timor-Leste, também opera como um mecanismo que atravessa a formação da identidade nacional, notando-se que, diante de novas configurações, um dispositivo adquire conotações à medida que suas forças propulsoras e as circunstâncias sócio-históricas mudam, como explica Lisboa (2019; 2022).

Neste trabalho, compreendemos que a língua possui um papel de profunda influência sobre quem somos e o que nos tornamos, como pensamos e, até mesmo, como nos relacionamos com o mundo ao nosso redor. Partindo dessa perspectiva, compreendemos que o controle da língua é uma efetiva estratégia utilizada pelo poder, e que governar línguas em um território significa interferir diretamente nas subjetividades dos sujeitos. Podemos entender esses mecanismos como efeito da colonialidade enquanto dispositivo de poder, que fomenta contextos de assimilação na sociedade timorense por meio de padrões de comportamento, valores e perspectivas de mundo que favorecem o eurocentrismo. Esse processo de subjetivação atua para suprimir as identidades e os conhecimentos locais, mantendo uma influência indireta na construção das subjetividades pautadas na colonialidade. A partir do século XVI, em Timor-Leste, esse processo vem desempenhando um papel fundamental na estruturação cultural e social no país.

Após esse período de governamentalidade nesse país, uma vez que a gestão das línguas reflete tais dinâmicas, “estimativas apontam que as crianças em fase pré-escolar falam tétum (repleto de palavras do português), os adolescentes e adultos jovens utilizam a língua indonésia e a geração com mais de 40 anos fala português” (Brito, 2013, p. 89). O português foi mais associado à educação formal, ao governo e aos documentos oficiais ao longo da história de Timor, especialmente durante a era colonial e após a independência. Assim, a língua portuguesa desempenha um papel de governança, concentrando a comunicação oficial do governo e

legitimando o poder estatal nas esferas formais. Isso fortalece a unidade do país e oferece um canal uniforme de comunicação nas áreas jurídica, administrativa e educacional.

Oficializar a língua portuguesa em Timor-Leste também inseriu o país na comunidade dos países de língua portuguesa, tornando-se mais conhecido entre os países-membros; facilitando a cooperação em áreas, como educação, saúde, desenvolvimento sustentável, cultura, e fortalecendo laços políticos e financeiros como um país lusófono (Silva, 2012). “A interação de Timor-Leste dentro da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) estabelece laços mais fortes com eles, tendo oferecido também facilidades na mobilidade dentro do espaço europeu. O futuro de Timor-Leste está bem refletido neste espaço” (Freitas, 2015, p. 512). Assim, ao adotar o português como língua oficial, o país estabeleceu e fortaleceu laços diplomáticos, econômicos e educacionais com países lusófonos, e assegurou apoio internacional principalmente de Portugal e do Brasil.

Junto ao português, o tétum ocupa lugar de língua oficial no país, com menos prestígio nas instituições, mas com maior inserção nas práticas cotidianas de comunicação entre as diferentes etnias que vivem em Timor-Leste. Como língua franca, o tétum foi capaz de superar as barreiras impostas às línguas nativas faladas no país, mantendo-se como principal língua de interação cotidiana. Albuquerque e Taylor-Leech, (2012, p. 160) analisam esse cenário linguístico:

A língua portuguesa voltou a retomar seu status somente em tempos recentes, em 2002, com sua garantia de língua oficial na constituição. Contudo vários problemas persistem até os dias de hoje, sendo os principais: o corpus do português, ou seja, o conjunto de suas práticas linguísticas [...] permanece extremamente reduzido; o status foi retomado parcialmente, já que [...] o Tétum-Praça também funciona como língua oficial e passa a assumir várias funções; e, ao aceitar o inglês e o indonésio como línguas de trabalho, a língua portuguesa passa a ter competição em alguns setores da sociedade e em seus respectivos usos.

Silveira, Pedra e Oliveira (2022, p. 231) também destacam que, mesmo que a língua portuguesa integre as línguas existentes em Timor, “[...] o domínio dela está intimamente ligado a situações que inferem institucionalidade, sendo postulada como ‘Língua de Instrução’ em Timor, dada a determinação dos contextos que a excluem de seu uso diário”. Por outro lado, Albuquerque (2010, p. 317) explica que o tétum foi “[...] a língua melhor documentada no período colonial português; [foi] escolhida pela igreja católica para a catequese; foi a língua que se manteve durante a ocupação Indonésia, já que o português foi proibido”.

Além das duas línguas oficiais, ainda é preciso considerar a diversidade linguística que marca Timor-Leste como uma sociedade plurilíngue, o que significa dizer que várias línguas orais coexistem dentro do país com o português e o tétum, que é o mais falado pela maior parte da população, uma vez que é usado como língua de contato entre diferentes grupos étnicos: “[...] linguisticamente, Timor Lorosa’e apresenta-se como um grande e complexo mosaico: além do tétum, língua falada por todo o país, e de dezenas de outras línguas locais” (Brito, 2013, p. 89). Entre elas, destacam-se:

[...] 20 dialetos locais como principais línguas [...] que distribuir no território nacional, entre as quais o Tétum, Baiqueno, Becais, Maria, Quemâc, Búnac, Tocodede, Mambai, Lacalei, Idate, Galoli, Habo, Cairu, Macassai, Uaimoa, Mídic, Nauéti, Maclere, Fataluco, Ataúro (Batoreó, 2009, p. 2)

Antes da colonização portuguesa, o território já possuía 34 línguas nativas, evidenciando a diversidade étnica e cultural das populações de Timor. Essas línguas, cada uma ligada a distintos grupos étnicos, eram parte integrante do dia a dia e da identidade de cada comunidade. Contudo, ao longo do tempo, diversas línguas foram perdendo relevância ou se tornando obsoletas. No

momento, 14 delas já não são pronunciadas pelos mais jovens dos grupos étnicos, mesmo que elas continuem sendo um componente significativo da história linguística e cultural do país.

4.1 A colonialidade presente no ensino de língua portuguesa na educação formal

Entende-se que o ensino de língua portuguesa, no Timor-Leste, é uma iniciativa que provavelmente busca superar as dificuldades históricas e fortalecer a presença e o uso da língua portuguesa na educação e na sociedade timorense. A disseminação do ensino da língua pode contribuir para uma maior integração cultural e facilitar a participação do Timor-Leste em contextos lusófonos, promovendo, também, melhor comunicação e compreensão entre os falantes da língua (Almeida, 2011).

O *status* da língua portuguesa em Timor-Leste se manifesta no prestígio que ocupa no ensino e acesso a oportunidades profissionais, enquanto o tétum e as outras línguas locais são relegadas a posições subalternas. Esse controle linguístico pode limitar o acesso ao conhecimento e contribuir para o estabelecimento de escalas de valores entre as cosmovisões originárias e a visão de mundo eurocêntrica. Esse processo acontece, também, por meio de ações sutis, mas duradouras, que influenciam o conhecimento, a cultura, a linguagem e o funcionamento das instituições.

Os materiais didáticos e currículos do ensino de língua portuguesa refletem essa operação colonial em curso, sustentando imaginários hierárquicos entre valores culturais e históricos do país. Isso estabelece um padrão de conhecimento que considera a cultura europeia superior e menospreza o conhecimento local, afetando a construção da identidade dos timorenses e moldando sua percepção de Timor e sua posição diante de outras referências globalmente dominantes.

Ao abordar a noção teórica de colonialidade, pudemos perceber como as instituições, especialmente as escolas, continuam a desempenhar um papel fundante na perpetuação de estruturas de poder colonial, mesmo em contextos pós-coloniais. Dessa forma, embora o país tenha conquistado a independência formal, as práticas e estruturas de dominação colonial ainda permanecem presentes, influenciando a educação e outros setores da sociedade.

A educação, no país, funciona como uma ferramenta de controle cultural e linguístico de base colonial em que as línguas locais ocupam papel secundário. Apesar de algumas iniciativas incentivarem a utilização das línguas maternas nas escolas, como meio de ensino nos primeiros anos, geralmente as escolas ministram aulas em português, e o acesso ao poder e às melhores oportunidades de prestígio está, frequentemente, vinculado ao domínio de uma língua estrangeira, perpetuando essa hierarquia linguística e sociocultural. Isso contribui para uma percepção de menor valor das línguas locais, o que resulta em seu abandono gradual. Podemos dizer que a escolha da língua portuguesa como língua oficial e língua do ensino do país ainda reflete a influência colonial ao longo dos séculos na ilha, sem estabelecimento de políticas abrangentes que incentivem o uso das línguas locais, como no sistema de ensino formal e outras possíveis políticas de fortalecimento.

No Quadro 1 a seguir, espelhamos o ensino de língua em uma escola do Timor-Leste e a importância que cada língua possui a partir da carga horária a elas conferida e da existência ou não de livros didáticos para ministrar essas aulas.

Quadro 1 - Distribuição de carga horária por disciplina

Língua	CH /Semana	Livro Didático disponibilizado pelo Ministério da Educação
Português	20 horas	Sim
Inglês	20 horas	Sim
Tétum	15 horas	Não
Malaio (língua indonésia)	10 horas	Não

Fonte: Elaborado pelos autores. (2025)

O quadro apresenta a carga horária do 11º ano de uma escola Secundária Geral, o que equivale ao Ensino Médio no sistema de ensino brasileiro. As quatro línguas ensinadas na escola, em Timor, constituem-se como disciplinas do currículo, o que, por si, poderia expressar uma política de valorização das características multilíngues do país. Porém, a relação de (des)prestígio que possuem pode ser notada na carga horária semanal conferida a cada uma e também na disponibilização ou não de livros didáticos pelo Ministério da Educação de Timor-Leste para o ensino das línguas.

Ainda conforme mostrado no quadro, a língua portuguesa tem a maior carga horária (20h), inclusive superior ao tétum (15h), mesmo este compartilhando com o português o *status* de língua oficial. Nisso evidencia-se qual das duas línguas oficiais recebe maior atenção na política de fortalecimento linguístico adotada, que se reforça na disponibilização de livro didático para professor e aluno, enquanto para o tétum os professores precisam elaborar seus próprios materiais.

Na continuidade dessa relação, a língua inglesa também possui maior carga horária que o tétum (20h), e o Ministério da Educação também disponibiliza livro didático para o seu ensino, reforçando o interesse nacional de vinculação a outra língua externa, cuja influência não se dá apenas como língua de trabalho — obviamente — mas também reforça os sentidos da colonialidade na própria reprodução do capitalismo enquanto sistema global. Esse cenário não é uma especificidade de Timor, mas de muitos outros países no mundo que ensinam o inglês, dada a imponência da língua em função das relações econômicas em termos internacionais.

O ensino da língua indonésia (malaio ou bahasa) possui a menor carga horária e não conta com livro didático, expressando a relação com a história da recente ocupação indonésia e fazendo-se ainda presente nas práticas linguísticas dos timorenses, conforme reconhece a própria Constituição do país em seu Artigo 159º: “A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário” (Constituição da RDTL, 2002, p. 145). Além disso, a seguridade da presença da língua malaia no currículo não é garantida. Na verdade, ela vem ocupando na grade curricular das escolas um espaço que é opcional e que pode ser usado para o ensino de qualquer outra língua, à escolha da escola, conforme Decreto nº 47/2011:

[...] pode haver lugar à escolha de outra língua de estudo para os 3 anos do ensino secundário, em vez da língua malaia, designadamente mandarim, sul coreano ou qualquer outra, desde que a escola reúna as condições financeiras e de recursos humanos e existam alunos suficientes para a criação de, pelo menos, uma turma.

De forma geral, toma destaque desta breve análise a diferença na distribuição de carga horária e a disponibilização de manual produzido pelo Ministério da Educação para o ensino das línguas; fatores que também precisam ser relacionados aos aspectos sociopolíticos e econômicos para se compreender a produção dos sentidos presentes no governo da língua no país. É nessa conjuntura da produção discursiva que se adensa o olhar sobre o lugar das línguas estrangeiras/coloniais no currículo: português e inglês, que somam, inclusive, maior carga horária do que as línguas vinculadas à ancestralidade timorense, como o próprio tétum, que é uma das línguas oficiais. A valorização do português e inglês manifestada nas políticas linguísticas direcionadas ao currículo escolar corresponde à importância política e econômica que o cenário contemporâneo confere aos sujeitos que falam essas línguas.

Quando olhamos para o currículo ou para os materiais didáticos utilizados no ensino, em Timor-Leste, percebe-se que esses ainda refletem conteúdos e epistemes ocidentais, muitas vezes alheios à realidade local, como o exemplo dado por Carneiro (2010, p. 15) em que a língua local tétum é usada como suporte para assimilação:

No plano curricular de [...], a orientação é para que o professor inicie o trabalho principalmente com a oralidade em tétum e depois em português e

progressivamente comece a introduzir a escrita em tétum e depois a escrita em língua portuguesa, fazendo com que ao longo do ensino primário o português se torne a principal língua de ensino.

O modelo escolar também adota a herança e a estrutura eurocêntrica, de forma que a escola, ao priorizar o português em padrões eurocêntricos, não só perpetua a língua do colonizador como também mantém uma estrutura de pensamento e organização social que favorece a exclusão tanto das vozes e cosmovisões locais como dos próprios sujeitos na estrutura socioeconômica da sociedade.

A condição majoritária ou de prestígio do português nas escolas se consolida para além do ensino da língua portuguesa como disciplina, mas também por ser a língua de ensino das demais disciplinas do currículo; recorre-se ao tétum como língua de apoio (Carneiro, 2010) que ocupa um espaço complementar — principalmente nas séries iniciais e em contextos informais dentro do ambiente escolar — enquanto o conteúdo curricular e os meios de instrução priorizados são em língua portuguesa. Não existem currículos oficiais ou recursos pedagógicos disponíveis nas línguas locais, o que dificulta a utilização dessas línguas como objeto de ensino (Taylor-Leech, 2009) de forma que o tétum e as demais línguas locais situam-se como línguas em situação de desprestígio diante dos esforços para promoção e valorização do português no país.

4.2 Os manuais didáticos de língua portuguesa e a perpetuação da colonialidade

Outra materialidade em que os discursos de valorização eurocêntrica se manifestam são os próprios conteúdos do livro didático. Neste tópico, buscamos explorar a prática discursiva dos materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa em Timor-Leste também no 11º Ano. Esses materiais são fundamentais não apenas para, pedagogicamente, desenvolver as aulas, mas também para direcionar a maneira como os alunos acessam a língua portuguesa e os sentidos produzidos por eles. Ao observar essa materialidade, interessa-nos compreender o papel do manual na construção de imaginários e no direcionamento do olhar sobre a cultura de um povo, refletindo os valores que se deseja reforçar ou minar sobre as referências locais e externas a partir das relações coloniais ainda em curso.

Os manuais didáticos são o principal recurso para ensinar português em Timor-Leste e fornecem uma base para o planejamento e implementação eficazes do ensino de línguas. Dependendo do contexto e do público-alvo, diferentes abordagens e metodologias podem ser combinadas para melhor atender às necessidades de ensino da gramática, vocabulário e habilidades de leitura, escrita, compreensão e produção oral, habilidades essenciais para promover a competência linguística dos alunos na língua portuguesa.

Conforme Gerard e Roegiers (1998, p. 47), os materiais didáticos da escola podem ser vistos como ferramentas importantes para o suporte ao trabalho em sala de aula: “[...] um recurso impresso, propositalmente organizado para se integrar a um processo de aprendizado, visando aprimorar sua eficácia”. Assim, ao considerar o material didático como uma ferramenta “estruturada”, desenvolvida para apoiar o processo de ensino-aprendizagem, sua elaboração deve ser capaz de acompanhar, respeitar e representar o contexto socioeconômico-político em que é promovido e posto em prática (Oliveira, 2022).

Dentre esses materiais, aqui, abordaremos o “manual do aluno”, que funciona como um suporte ao processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o avanço comunicativo do aluno, o que nem sempre é realizado pelo docente de maneira autônoma. Almeida (2011, p. 23) define o papel do manual em Timor-Leste da seguinte forma:

Para ajudar a definir a especificidade do papel do manual de LP em Timor-Leste, começo por reforçar a ideia de que é essencial a sua adequação ao público-alvo. Numa abordagem comunicativa, em que a eficácia do ensino aprendizagem

passa, por exemplo, pela centragem no aprendizado, tendo em conta as suas necessidades, a sua idade ou o contexto sociocultural em que está inserido, público-alvo refere-se ao público aprendiz.

Em Timor-Leste, o *Manual do Aluno - Português* é um recurso pedagógico essencial que responde a uma demanda específica do cenário histórico e cultural do país, uma vez que, devido ao extenso período de colonização indonésia, quando o uso do português foi fortemente limitado, muitos jovens não tiveram oportunidade de aprender a língua, tornando a instrução em língua portuguesa um desafio e uma prioridade nacional, especialmente ao considerar que é uma das duas línguas oficiais do país.

Assim, considera-se que o papel do manual de língua portuguesa, em Timor-Leste, não apenas ensina o idioma português, mas também atua como um instrumento para fortalecer a memória, a cultura e a história de Timor-Leste. Ademais, o manual espelha a estratégia linguística do governo, que busca a revitalização do português como elemento cultural e como ponte com a lusofonia, respondendo à demanda por formação pedagógica no ensino do idioma, particularmente em um país onde muitos docentes e estudantes ainda estão em fase de aprendizado do idioma.

O manual considerado no enfoque das reflexões aqui delimitadas, trata-se do “Manual do Aluno - Português” para o 11º Ano em Timor Leste. Ele é uma produção em cooperação entre o Ministério da Educação de Timor-Leste, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, a Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Aveiro Financiamento do Fundo da Língua Portuguesa.

Figura 2 - Manual do Aluno - Português para o 11º Ano



Fonte: Oliveira *et al.* (2013)

Esses manuais abrangem lições e atividades que vão desde normas gramaticais até a elaboração de frases e textos, além de tratarem da leitura e da avaliação de obras literárias e outros gêneros textuais. Cada uma dessas competências é crucial para que o estudante consiga se expressar de maneira clara e eficiente em português, compreendendo o contexto e se comunicando. Quanto à estrutura do manual, ele é organizado em unidades temáticas: leitura, oralidade, escrita e funcionamento da língua. Os autores descrevem que a divisão do conteúdo em subtemas tem como objetivo organizar as seções com base em suas afinidades temáticas; isto é, com temas e metas pedagógicas similares. Cada conjunto inclui tarefas específicas focadas no aprimoramento de uma habilidade crucial para o tema, possibilitando um aprendizado gradativo e orientado. Este modelo de organização proporciona aos estudantes a chance de trabalhar com tarefas interligadas e que seguem uma lógica de aprendizado unificada, auxiliando-os a aprofundar e solidificar o conhecimento de forma mais eficaz, sempre em sintonia com as metas de competência estabelecidas para cada tema.

Ademais, enfocamos, a seguir (Figura 3), excertos do referido manual a fim de exemplificar como as referências timorenses e portuguesas ou europeias disputam o espaço do livro didático e, conseqüentemente, a formação dos alunos, os sentidos de harmonia na história colonial, os modelos de sociedade e o valor que deseja empregar a elas.

Figura 3 - Imagem extraída do livro didático



Fonte: Oliveira *et al.* (2013)

Figura 4 - Recortes extraídos do livro didático

Entrevista a Luís Cardoso

1 Sissa: Quando começou a escrever?

Luís: Eu fiz a literatura muito tarde. Foi precisamente numa altura em que, no Instituto Superior de Agronomia, onde eu andava a estudar, dois colegas meus, o José Eduardo Agualusa e o José Riço Direitinho, começaram. Um dia o Agualusa pegou num escrito meu e achou que devia levar para a editora. Levou e a editora decidiu publicar. Assim começou minha fase oficial na literatura. Agora, se




cidade do Mindelo, em Cabo Verde. Ao longo da sua carreira, editou 24 discos.

Faleceu a 17 de dezembro de 2011.



Miguel Torga nasceu em 1907, na aldeia que o havia de marcar para toda a vida: S. Martinho de Anta, Trás-os-Montes. De nome Adolfo Correia da Rocha, adotou o pseudónimo de Miguel Torga (torga é o nome dado a uma planta com raízes muito duras, infiltradas por entre as rochas). Frequentou apenas por um ano o seminário e em 1920 partiu para o Brasil. Regressou a Portugal, fez, em três anos, o ensino secundário, matriculou-se na Faculdade de Medicina, e terminou o curso em 1933. A sua importante obra abrange poesia, prosa e teatro. Foi várias vezes candidato a *Prémio Nobel da Literatura*. Ganhou vários prémios, como o *Grande Prémio Internacional de Poesia* e, em 1985, o *Prémio Camões*. Com ideias que se demarcavam do regime político de António Salazar, foi preso e pensou em sair do país, mas não era capaz de estar longe da pátria nem de Trás-os-Montes. Publicou de 1928 a 1993, tendo falecido em 1995.

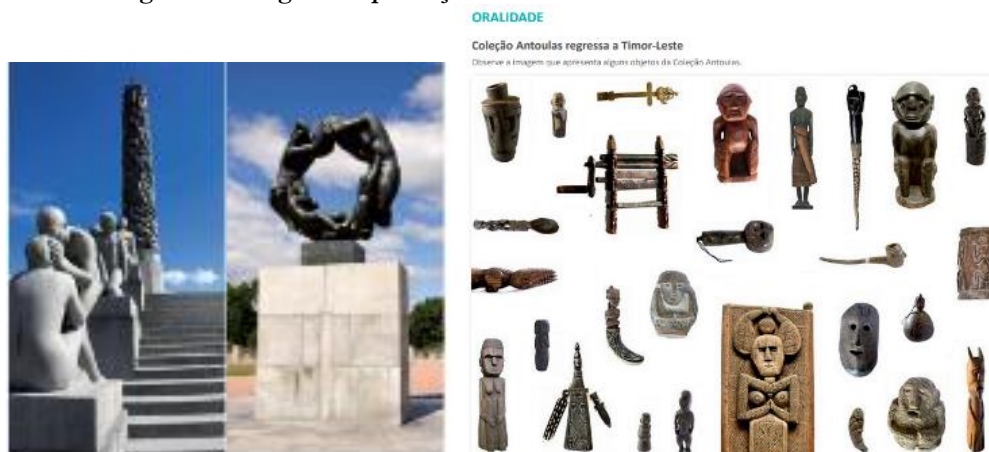
Fonte: Oliveira *et al.* (2013)

Os recortes anteriores foram destacados para ressaltar que o livro didático está todo em língua portuguesa, salvo raríssimas exceções em que os exemplos dados no livro (como a capa de jornal na Figura 3) apresentam o tétum ou alguma outra língua local de Timor. De forma geral, o livro busca apresentar a língua portuguesa, seja na variante hegemônica de Portugal, Brasil ou algum país de África, como Cabo Verde representado na música de Cesárea Évora no recorte da Figura 4 anterior.

Majoritariamente, as referências culturais que o livro apresenta são externas à Timor-Leste, vinculando as subjetividades do aluno ao contexto internacional, especialmente em países de língua portuguesa, mas não só. Evidencia-se nos conteúdos e objetos sobre os quais o aluno precisará refletir um desligamento dos processos que envolvem a formação da língua portuguesa em Timor, compreendendo uma noção de referência para a língua portuguesa que está em diferentes territórios (exteriores aos usos nacionais da língua), especialmente em Portugal por meio de textos de autores portugueses.

Somados a isso, sobressaem-se os objetos discursivos que remetem à uma noção de modernidade pelas inúmeras imagens de grandes cidades, monumentos, criações artísticas do contexto europeu e americano. Quando se trata de Timor, esses exemplos são escassos e apresentados com efeitos comparativos, gerando sentidos de hierarquia entre as sociedades no tempo presente.

Figura 5 - Imagens de produções culturais extraídas do livro didático



Fonte: Oliveira *et al.* (2013)

Esse efeito de sentido produzido pelos discursos hierarquizantes não estão dados nas obras, não estão no nível do dito, exigindo do leitor uma manobra analítica de problematização da forma de dizer, apresentar a “realidade”, como é possível notar na Figura 5 acima, onde destacamos dois recortes do texto que abre o tópico “Identidades culturais” no livro.

Figura 6 - Recortes de texto do livro didático sobre “modernidade” e a cultura em Timor Leste

As sociedades modernas, nomeadamente a partir das últimas décadas do século passado, são sociedades altamente competitivas, que se movimentam a um ritmo frenético, em que o homem parece estar numa permanente luta contra o tempo.

Consequência natural destas transformações sociais, a nível da alimentação, são as várias soluções encontradas, entretanto, pelo homem, com o fito de gastar o menos tempo possível a alimentar-se, recorrendo a soluções várias, desde o “comer em pé” ou o “comer qualquer coisa”, sentado a um balcão ou a uma mesa de café, até à opção pela compra de refeições pré-cozinhadas, fabricadas em série, práticas e rápidas, que basta aquecer num forno elétrico ou no micro-ondas. Entrámos, assim, no domínio da chamada fast-food.

Joaquim Castanho, <http://www.gastronomias.com/cronicas/gastronomia-sociedade.html>

Num país como Timor-Leste, frágil, pequeno e conservador, são as tradições, os hábitos culturais, os usos e os costumes que robustecem a identidade do país e funcionam como instrumentos necessários para o estabelecimento da ordem sócio-político-económica.

Mas isso já se sabia e já se praticava muito antes de Timor-Leste existir como país independente. Porque os usos e os costumes, fundamentais para que qualquer faceta do curso da vida se torne mais fácil, vêm de tempos muito recuados, dos tempos em que os nossos antepassados criaram formas de alicerçar os laços familiares passando para o enraizamento e a defesa de um grupo, de um povo, da nação Timor.



Fonte: Oliveira *et al.* (2013)

A primeira parte do livro traz um texto que defende uma ideia de sociedades “modernas” vinculadas às práticas socioculturais de grandes metrópoles, reforçando imaginários de valorização e verdade sobre o que é ser um sujeito “moderno”. Na segunda parte, Timor é apresentado como um país vinculado a fortes tradições, inabaláveis ao tempo, à colonização, às tecnologias e outros imperativos do tempo presente, como se não existissem fraturas na organização cultural das sociedades timorenses e nem vínculo com a chamada “modernidade” desenhada nos outros enunciados. Problematiza-se ainda, como esses enunciados produzem uma verdade única sobre a “modernidade”, excluindo a diversidade de povos desse momento histórico, conforme crítica Cusicanqui (2010, p. 53):

Embora a modernidade histórica tenha significado escravidão para os povos indígenas da América, foi ao mesmo tempo um espaço de resistências e conflitos, um cenário para o desenvolvimento de estratégias envolventes, contra-

hegemônicas e de novos discursos e projetos indígenas de modernidade (Thomson). A condição de possibilidade de uma hegemonia indígena está enraizada no território da nação moderna.

A partir dos exemplos anteriores, podemos refletir que o “governo da língua” não se limita às materialidades verbais, mas também a outros elementos que colaboram na construção de imaginários de valor. Tal esforço, que se manifesta nos materiais educacionais, é atravessado por discursos que perpetuam a colonialidade no ensino de língua portuguesa por meio da naturalização da cosmovisão colonial, o que se produz, também, pela forma de dizer, construindo sentidos de valor sobre as referências nativas e exteriores presentes nos enunciados do livro. Tais movimentos, inevitavelmente, produzem sentidos que incidem sobre as subjetividades timorenses em formação.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos apontar a materialização da colonialidade nas práticas discursivas que se marcam o ensino de língua portuguesa, por meio de enunciados que produzem representações no livro didático/manual do aluno e, inclusive, na própria organização do horário escolar. Isso engloba a análise do que é ensinado por meio dos procedimentos normativos hegemônicos e de como esses reforçam ou perpetuam as dinâmicas de poder e subordinação típicas do colonialismo. Para isso, é preciso se deslocar da busca no “dito”, mas compreender que conteúdos referentes a história, literatura ou até mesmo ciência e tecnologia podem privilegiar uma perspectiva eurocêntrica, eliminando as contribuições de outras culturas ou as apresentando de maneira subalternizada, possível de perceber pelo olhar do movimento discursivo dos enunciados.

Destacam-se, nesse cenário, as desiguais políticas adotadas para o tétum, ainda que seja uma das línguas oficiais, o que não lhe confere uma atenção similar àquela dada à língua portuguesa. A presença do livro didático em português por si já evidencia a colonialidade em destaque nessa reflexão, uma vez que espelha e perpetua as relações de poder construídas ao longo da história, enquanto, por outro lado, o ensino da língua tétum não possui o mesmo recurso como o material didático e — ainda pior — as línguas locais. A existência do livro didático reflete os esforços para fortalecer o domínio da língua portuguesa, enquanto o tétum não possui manual didático oficial e ainda é utilizado como língua de suporte para aquisição da língua portuguesa e seu fortalecimento.

Neste artigo, refletimos sobre aspectos que denotam tais relações em materialidades que compõem o ensino-aprendizagem de língua em Timor, demonstrando como a língua portuguesa goza de prestígios sociais e culturais no sistema de ensino tal qual se apresenta nas práticas sociais do país, que impulsionam a posição privilegiada no acesso a espaços e oportunidades profissionais.

Referências

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *O conflito e a construção do Estado no Timor Leste*. Maringá: Editora Oficina Universitária, 2019.

ALBUQUERQUE, David Borges. As línguas de Timor-Leste: perspectivas e prospectivas. *Revista Língua e Literatura* (USP), v. 27, 2010, p. 317.

ALMEIDA, Nuno Carlos. O papel do manual de Língua Portuguesa em Timor-Leste. In: *Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa: A formação de novas gerações de falantes de português no mundo*, 2011. p. 23.

ALMEIDA, Nuno Carlos. *Língua portuguesa em Timor-Leste: ensino e cidadania*. 2011.

- BATORÉO, Hanna Jakubowicz. A língua portuguesa em Timor: de que forma deve o ensino de português adaptar-se às diferentes realidades nacionais. *Estudos Linguísticos*. v 4. 2009. p. 51-61.
- BRITO, Regina Helena Pires. *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. Terracota, 2013.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do português no Timor-Leste. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 32, 2016, p. 427-447.
- CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. As políticas linguísticas e de ensino de línguas em Timor-Leste: desafios de um contexto multilíngue. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 12, n. 1, 2010, p. 9-25.
- CUNHA, Luis Miguel Pinheiro da. *O impacto da cultura e sociedade europeias em Timor-Leste: aspectos de transculturação e de globalização*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.
- FERNANDES, Alexandre Jorge de Medeiros. Em searas do Timor Português: um estudo sobre as práticas de mediação da Diocese de Díli no período colonial (1949-1973). 2014.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Cap. I.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar, disciplina e controle na paisagem das cidades brasileiras no início do período republicano. 2023. In: LISBÔA, Fernanda Maria; NEVES, Isabel Simões; GREGOLIN, Maria do Rosário. (Orgs.). *O governo da língua: uma perspectiva discursiva sobre o lugar da língua nas relações de poder no Brasil*. Guarapuava: Unicentro, 2023. p. 41-69.
- LISBÔA, Flávia Marinho; NEVES, Ivânia. Sobre alunos indígenas na universidade: dispositivos e produção de subjetividades. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, p. 1–20, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FQQTxZ4FNgMctXS9TTSmxZk/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- LISBÔA, Flávia Marinho. *Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade: língua como linha de força do dispositivo colonial*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.
- LISBÔA, Flávia Marinho. Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade. 2019. *Tese* (Doutorado em Letras – Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- LOPES, Adrian Carneiro. Language-in-education policy and practice in Timor-Leste: a critical examination. *Language Problems and Language Planning*, v. 37, n. 3, p. 233-252, 2013.

MIGNOLO, Walter Damián. *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Ed. UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Ana Luísa; REIGOTA, Fernanda; SILVA, Margarida; FERREIRA, Tereza. *Manual do Aluno de Português: 10º ano de escolaridade*. Díli: Ministério da Educação de Timor-Leste, 2013. ISBN 978-989-8547-13-2.

OLIVEIRA, Soares António José de. *Ensino de português em Timor-Leste: uma análise dos manuais de português para o ensino secundário geral*. 2022. *Tese* (Doutorado) – Universidade do Porto, Porto, 2022.

PAULINO, Vicente. *Representação identitária em Timor-Leste: culturas e os media*. Porto: Edições Afrontamento, 2019.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. *Constituição da República Democrática de Timor-Leste* 2002.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE. *Decreto-Lei n. 47/2011*. Disponível em: <https://www.mj.gov.tl/jornal/?q=node/1183>. Acesso em: 27 mar. 2025.

RIVERA Cusicanqui Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

FREITAS, Bendito dos Santos. O processo do desenvolvimento da educação em Timor-Leste: visão retrospectiva e perspectivas futuras. *Povos e Culturas*, n. 19, 2015, p. 499-512.

SILVEIRA, Leiliane Rezende da Silva; PEDRA, Lorena Almeida; OLIVEIRA, Thiago Soares de. *A Língua Portuguesa no território timorense: Uma questão de status linguístico*. Caderno Seminal 42, 2022.

TAYLOR-LEECH, K. Language and identity in East Timor: the discourses of nation building. *Language Problems and Language Planning*, 2009.

URBAN, Samuel Penteadó. Paulo Freire e a educação popular em Timor-Leste: uma história de libertação. *Revista Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, n. 1, jan./abr. 2017, p. 78.

Submetido em 18/04/2025

Aceito em 27/04/2026